

DESIGUALDADE SOCIAL E CRISE ECONÔMICA: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA SOBRE AS FAMÍLIAS DE ATÉ DOIS SALÁRIOS-MÍNIMOS NO BRASIL (2020-2022)

ODS 10

Brendon França Silva (Universidade de Taubaté) Quésia Postigo Kamimura (Universidade de Taubaté)

A pandemia da COVID-19 deflagra uma crise econômica e social sem precedentes no Brasil, aprofundando as vulnerabilidades estruturais que historicamente afetam a população de baixa renda. Enquanto os estratos sociais mais elevados conseguem preservar sua estabilidade financeira por meio do trabalho remoto e de investimentos, as famílias com renda de até dois salários-mínimos são desproporcionalmente impactadas. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o fenômeno da “compressão socioeconômica” incidente sobre esse grupo no triênio 2020-2022. A investigação concentra-se na convergência de dois vetores principais: a deterioração do mercado de trabalho e a aceleração inflacionária. Adota-se a metodologia de estudo exploratório com abordagem quantitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. São coletados e analisados dados secundários de fontes oficiais, como IBGE (PNAD Contínua), IPEA e CAGED, com foco em indicadores como taxas de desemprego, saldo de empregos formais por setor e a variação dos índices de preços INPC e IPCA. Os resultados da investigação sobre o primeiro vetor indicam que o choque no mercado de trabalho manifesta-se de forma marcadamente assimétrica, com concentração desproporcional de perda de postos de trabalho no setor de serviços, especialmente em atividades que absorvem mão de obra de baixa qualificação, como serviços domésticos e os segmentos de alojamento e alimentação. A análise do segundo vetor, o processo inflacionário, confirma seu caráter regressivo ao longo do período. A divergência entre o INPC (que mede a inflação para famílias de 1 a 5 salários-mínimos) e o IPCA (índice mais amplo) evidencia a maior incidência da alta de preços sobre as famílias de baixa renda. Essa diferença é impulsionada pela elevação acentuada nos preços de itens essenciais, como alimentação, gás de cozinha e energia elétrica, que comprometem parcela significativa do orçamento desse grupo. A análise integrada das variáveis quantifica a magnitude da compressão, revelando uma deterioração contínua do poder de compra. A relação entre a renda familiar (até dois salários-mínimos) e o custo da cesta básica ampliada (DIEESE) cai de 45,96% em 2019 para 36,46% em 2022, materializando o crescente descompasso entre rendimentos e custo de vida. Conclui-se que a interação entre desemprego e inflação constitui um mecanismo que potencializa fragilidades preexistentes, submetendo os estratos de menor renda a uma dupla incidência de vulnerabilidade: a instabilidade ocupacional e a elevação do custo de vida. As principais consequências socioeconômicas observadas são a intensificação da insegurança alimentar e uma retração severa do consumo, aprofundando a desigualdade social no país.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Crise Econômica; Pandemia; Inflação; Desemprego.